



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 06/2022

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DESTA CÂMARA MUNICIPAL, instituída através de Portaria N.º 15/2021, de 04 de outubro de 2021, vem em atendimento ao art. 26, caput da Lei Nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, apresentar Justificativa Técnico-Legal para formalizar o Processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, visando a possível contratação da Empresa: ECOS CONSULTORIA, TREINAMENTO E CURSOS LTDA, objetivando a Prestação de serviços na Inscrição de 05 (cinco) Comissionados e 01 (um) Vereadore, no pagamento para participar do evento "Os Poderes Legislativo e Executivo mais perto do Cidadão", a ser realizado nos dias 05 a 08 de agosto de 2022, na Rua Engenheiro Mário Gusmão, N. 988, Ponta Verde, na Cidade de Maceió / Al.

conforme descrito no Termo de Referência e Minuta do Contrato em anexo, e de acordo com os motivos adiante expostos:

Para respaldar a sua pretensão, esta Comissão de Licitação traz nos autos do sobredito processo peças fundamentais: panfleto do evento, proposta de serviços e documentos daquela empresa que se pretende contratar, além de outros elementos que se constituem no processo em si.

Em que pese a inviabilidade de competição, ainda assim, é inexigível o Processo Licitatório, em razão dos requisitos, todos voltados para o objeto do contrato que pretendemos realizar, tendo em vista que se enquadra nos objetivos desta Câmara Municipal.

Assim, como se observa, a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios e objetivos para a contratação direta. E é sob a óptica desses critérios infraconstitucionais de acordo com a lei N. 8.666/93, que esta Comissão Permanente de Licitação - CPL, demonstrará a situação de inexistência de licitação que ora se apresenta.

Fica clara a Inexigibilidade de Licitação nesta Câmara Municipal, nesses casos, haja vista não haver como viabilizar uma competição com características específicas serve ao Poder Público. Entretanto, atende o interesse da administração.

Referente ao objeto do Contrato

Que se trate de serviço técnico – O serviço técnico é todo aquele em que se exige uma habilitação para ser realizado. Não se trata, simplesmente, da realização de um mero serviço comum: pelo contrário, é algo que exige um certo conhecimento para a sua realização. Ora treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; não é um serviço; é um serviço altamente técnico,

A capacitação de vereadores e demais servidores para melhor desenvolvimento de suas funções nesta Câmara Municipal, é uma das grandes preocupações dos gestores moderno, especialmente no que tange a realização e efetivação das políticas públicas que constantemente são atualizadas pelos nossos governantes, e não é diferente os nossos vereadores participando estão contribuindo e aperfeiçoando com o cargo que lhes fora outorgado pelos municípios e, melhoria da qualidade de vida da população; a realização desses serviços, assim, exige uma habilitação, e conhecimento específico dessas áreas, para sua realização, portanto, o serviço a ser contratado é eminentemente técnico, profissional e especializado.

I – JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Para que algo seja compatível com o outro, é preciso que haja uma coexistência harmoniosa entre ambos no mundo comum, assim, para que o preço seja compatível com o de mercado, é preciso que exista, pelo menos outra empresa, de mesmo porte e capacidade, que preste, exatamente o mesmo serviço e apresente um preço similar ao primeiro.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

Ademais, o serviço a ser executado é ímpar e depende de alta especificidade técnica para executá-lo, tornando-o singular, não permitindo, assim, comparações, por ser, também, individualizado e peculiarizado, de acordo com cada profissional que o realize. A empresa que pretendemos contratar possui conhecimento profundo nesse campo, levando-se em consideração a sua vasta experiência. Ademais, os preços apresentados pelos serviços a serem prestados encontram-se dentro de parâmetros aceitáveis e de acordo com os praticados no mercado, no mais a empresa apresentou documentação mostrando os preços praticados neste tipo de serviços.

Conforme se pode verificar nos documentos apresentados, encontra-se compatível com os preços praticados no mercado, e seus serviços são executados obedecendo as normas da lei, possuindo requisitos essenciais para sua contratação.

Tendo em vista as exigências contidas nos dispositivos legais acima enumerados, procuramos JUSTIFICAR porque a Câmara Municipal, fará a execução dos serviços pertencente a Empresa ECOS CONSULTORIA REINAMENTO E CURSOS LTDA, inscrito no CNPJ(MF) sob o N.º 34.466.378/0001-05, na Junta Comercial do Estado de Sergipe, sob o N. 28200686317, com sede na Avenida Pedro Paes Azevedo, N. 488, Bairro Salgado Filho, CEP: 49.020-450, na Cidade de Aracaju / SE, representada neste ato pela Sócia a Senhora ISLÂNIA PEREIRA DE MOURA, brasileira, solteira, inscrita no CPF(MF) sob N. 025.141.385-31, e inscrita na cédula de identidade N. 03.128.285-7 SSP / SE, correspondente ao valor total de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais),

O valor contratual apresentado é o atualmente vigente no mercado, no que diz respeito a execução dos serviços para sua efetiva contratação. Entendemos justificadas as exigências expressas nos dispositivos acima enumerados.

A Inexigibilidade de Licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável ou, em sendo viável, compete ao caráter discricionário do administrador realiza-la ou não, tendo em vista o interesse público e visando o bem comum. Ou seja, a licitação inexigível poder vir a ser uma obrigação, a depender das circunstâncias do caso concreto e da altivez dos bens jurídicos a serem protegidos.

II – RAZÃO DA ESCOLHA

A proposição em apreço encontra respaldo preceituado, no Art. 25 inciso II do vigente estatuto das licitações na Lei 8.666/93, e Resoluções do TCE sugere que a adjudicação seja feita com a Empresa contratada, estar de acordo com os preços praticados no mercado e vantajoso para o Erário, estando pois, atendida a exigência do art. 26, parágrafo único - III, da Lei 8.666/93 e atualizada pela Lei 8.883/94.

A escolha da Empresa contratada, não foi contingencial. Pretende-se ao fato de que ela enquadra-se nos dispositivos enumerados da Lei de Licitações e Contratos, consoante o já exaustivamente demonstrado nesta justificativa, como *conditio sine qua non* a contratação direta. E não somente por isso; é empresa detentora de profissionais experientes, capacitados e gabaritados para o serviço pretendido que é de interesse público e visando a realização do bem comum, com ampla experiência nessa área, possuindo íntima relação com o objeto que aqui se contratado, sendo, desta forma, indiscutivelmente, a mais indicada. Cabe, ainda, reiterar que o serviço aqui a ser contratado encontra-se acolhida na Legislação de Licitações e Contratos, em seu artigo 13, inciso VI.

III - ASPECTO LEGAL

A proposição em apreço encontra respaldo preceituado, no Art. 25 inciso II do vigente estatuto das licitações na Lei 8.666/93, e Resoluções do TCE sugere que a adjudicação seja feita com a Empresa contratada, estar de acordo com os preços praticados no mercado e vantajoso para o Erário, estando pois, atendida a exigência do art. 26, parágrafo único - III, da Lei 8.666/93 e atualizada pela Lei 8.883/94.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no artigo 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos cujo conceito relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Já o suso-aludido artigo 13, em seu inciso VI, com redação introduzida pela Lei nº 8.883/94, esclarece-nos:

"Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;"

Considerando, que a Administração Pública em regra todos os contratos sejam precedidos de processos licitatórios, no entanto, a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 25, inciso II, trata da Inexigibilidade de Licitação para compras e serviços, do pelo mesmo Diploma Legal.

Entendemos justificadas as exigências expressas no que tange a contratação, pelos substratos fáticos e jurídicos ora apresentados, submetemos a presente justificativa a apreciação e ratificação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara.

Finalmente, porém não menos importante, ex posistis, opina a Comissão de Licitação - CPL, desta Câmara Municipal, pela contratação direta dos serviços com a Empresa contratada, precedente Processo Licitatório, ex vi do art. 25, II, com o art. 13, III, e art. 26, paragrafo único, II e III, todos pertencente a Lei nº 8.666/93.

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina a Comissão de Licitação pela celebração do contrato, estando caracterizada a situação que se estabelece no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e nos termos do art. 26 do mesmo Diploma Legal. Submetemos a presente JUSTIFICATIVA a apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como conditio sine qua non para eficácia deste ato.

Graccho Cardoso/SE, 02 de agosto de 2022.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

Lara Gabriela dos Santos Alves

LARA GABRIELA DOS SANTOS ALVES
Presidente da Comissão de Licitação - CPL

Carla Letícia Santos Bomfim

CARLA LETÍCIA SANTOS BOMFIM
Membro

Tamires Alves dos Santos

TAMIRÉS ALVES DOS SANTOS
Membro

Ratifico os termos da Justificativa e autorizo a contratação de Prestação de Serviços.

Encaminhe-se ao Assessor Jurídico para emissão de Parecer.

Graccho Cardoso/SE, 02 de AGOSTO de 2022.

Pedro Gomes dos Santos Neto

PEDRO GOMES DOS SANTOS NETO
Presidente da Câmara



Inexigibilidade nº 06/2022

Contrato nº 18/2022

Funda-se o presente Parecer acerca da análise da Inexigibilidade de Licitação e minuta do respectivo Contrato, cujo objeto é a realização de 06 (seis) inscrições para participação no evento "**OS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO MAIS PERTO DO CIDADÃO**", que acontecerá no período de 05 a 08 de agosto de 2022, na Cidade de Maceió/AL, que será realizada pela empresa **ECOS CONSULTORIA TREINAMENTO E CURSOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.466.378/0001-05, com endereço à Avenida Pedro Pães Azevedo nº 488, Bairro Salgado Filho, CEP 49.020-450, na cidade de Aracaju, Estado da Sergipe:

A Lei nº 8.666/93, em seu art. 25, II e §1º, estabelece, *ipsis literis*:

Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade ou divulgação;

(...)

§1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Reportemo-nos, agora, ao mencionado art. 13, em seu inciso III, com a redação dada pela Lei nº 8.883/94:

Art. 13 – Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Portanto, a Lei estabelece que a contratação aqui pretendida pode ser realizada na forma a ser efetivada, conforme se pode depreender da exegese dos supramencionados dispositivos legais.

O Eminentíssimo Ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin estabelece que, *in verbis*:

(...)



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO-SE
PODER LEGISLATIVO

Contudo, a inexigibilidade da licitação, nos termos do art. 25, II, da lei nº 8.666/1993, pressupõe a presença concomitante dos seguintes requisitos: a) serviço técnico listado no art. 13; b) profissional (pessoa física) ou empresa de notória especialização; c) natureza singular do serviço a ser prestado.

(Resp. nº 942.412/SP, 2ª T., rel. Min. Herman Benjamin, j. em 28.10.2008, DJE de 9.03.20029)

(...)

A Justificativa de Inexigibilidade de Licitação apresentada preencheu todos os requisitos estabelecidos em Lei para que a mesma se configurasse, inclusive mediante a farta explanação e documentação, em consonância com o objeto pretendido.

Portanto, da análise da justificativa e minuta contratual que nos foram apresentadas, percebemos o atendimento dos requisitos legais, assim como respeitadas as disposições contidas no art. 25, II e §1º combinado com o **art. 13, VI**, no tocante à Justificativa, e art. 55 e seus incisos, referentemente à minuta do Contrato, ambos da Lei nº. 8.666/93.

Cumpramos observar que é obrigatória a análise das minutas, antes de se de deflagrar o procedimento licitatório, pelo Assessor Jurídico da Administração (art. 38, VI e parágrafo único, Lei nº. 8.666/93), o que aqui se faz.

Finalmente, justo ressaltar que o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe editou a Resolução nº 297/2016, a qual versa sobre a participação de agentes públicos em eventos de capacitação, estabelecendo diretrizes que devem ser observadas pelo órgão e pelos participantes, sob pena de ressarcimento e aplicação de responsabilidades aos beneficiários.

Isto posto, pela análise dos autos que nos foram apresentados e informações nele contidas, em especial a justificativa e minuta contratual elaboradas, não nos parece haver qualquer ofensa aos ditames e princípios legais aplicáveis ao procedimento, mormente a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tendo sido todos os preceitos alcançados, razão pela qual opinamos pela legalidade do procedimento.

É o Parecer, **sub censura**.

Graccho Cardoso/SE, 03 de agosto de 2022.

JOÃO BOSCO FREITAS LIMA
LIMA & FREIRE ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO – OAB/SE. 2927



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO


TERMO DE ADJUDICAÇÃO

E HOMOLOGAÇÃO

O presente processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO consiste na **Prestação de Serviço**, no atendimento a esta Câmara Municipal, com uma empresa especializada OBJETIVANDO A INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAR NO EVENTO, foi em toda a sua tramitação atendida pela legislação pertinente. Desse modo, satisfazendo a lei e ao mérito, **ADJUDICO E HOMOLOGO**, em nome da Empresa: ECOS CONSULTORIA REINAMENTO E CURSOS LTDA, inscrito no CNPJ(MF) sob o N.º 34.466.378/0001-05, na Junta Comercial do Estado de Sergipe, sob o N. 28200686317, com sede na Avenida Pedro Paes Azevedo, N. 488, Bairro Salgado Filho, CEP: 49.020-450, na Cidade de Aracaju / SE, representada neste ato pela Sócia a Senhora ISLÂNIA PEREIRA DE MOURA, brasileira, solteira, inscrita no CPF(MF) sob N. 025.141.385-31, e inscrita na cédula de identidade N. 03.128.285-7 SSP / SE, Inscrição de 05 (cinco) Comissionados e 01 (um) Vereadore, no pagamento para participar do evento "Os Poderes Legislativo e Executivo mais perto do Cidadão", a ser realizado nos dias 05 a 08 de agosto de 2022, na Rua Engenheiro Mário Gusmão, N. 988, Ponta Verde, na Cidade de Maceió / Al.

A mesma cotou o preço praticado no mercado, solicitamos que proceda aos trâmites necessários, perfazendo o valor global de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais),

Graccho Cardoso/SE, 03 de agosto de 2022.


LARA GABRIELA DOS SANTOS ALVES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL